

Pais exigem limite para mensalidade

A manutenção da correção das mensalidades escolares pela URP e o repasse de 50% do reajuste de pessoal das escolas, na data-base das categorias. Estas são as propostas básicas do Projeto de Lei criado por associações de pais de alunos de 12 Estados brasileiros no 2º Encontro Nacional de Associações Estaduais de Pais de Alunos, realizado em outubro, no Ministério da Educação. O documento deverá ser protocolado hoje, na Secretaria Geral do Ministério, pelos representantes da Associação de Pais do Distrito Federal (APA-DF).

"Queremos nos antecipar e eliminar problemas ocorridos nos anos anteriores com a indefinição

dos reajustes das mensalidades. São sugestões de pais que auxiliarão o ministro Hugo Napoleão em suas decisões para 1989", ressaltou o presidente da APA-DF, Luiz Cassimiro dos Santos. Ele explicou que a redução do índice de repasse do reajuste dos professores e funcionários das escolas fará com que haja a redução das mensalidades ao nível da realidade dos custos da escola. O Decreto 95.921, que perderá a validade em 31 de dezembro, permite o repasse de 70% dos reajustes de pessoal.

Representação

No documento, as associações propõem ainda fórmulas diferentes para Estados onde as data-bases de professores e auxiliares

sejam diferentes. Neste caso, haveria o repasse de 40% na data-base dos professores e 10% na data-base dos outros profissionais da instituição.

O projeto também recomenda que existam representantes de pais de alunos na condição de conselheiros junto aos conselhos estaduais de educação, assim como ocorre com os donos de escolas. Faz referência, ainda, à fiscalização das mensalidades, a ser feita também pelos pais de alunos.

Os pais também querem o "fortalecimento do ensino público como forma de combater os abusos das empresas de ensino particular". Luiz Cassimiro cita o caso do colégio Inei, em Brasília, onde

a manutenção da vaga do aluno está vinculada à assinatura de um termo de acordo referente à anuidade de 1989. "É um absurdo o que estas escolas estão fazendo. Estão coagindo os pais a assinarem acordos de reajustes sem qualquer definição do Governo para as mensalidades do próximo ano", denuncia.

Ele lembra que, com a falta de vagas nos colégios da rede pública, muitos pais se vêem forçados a matricular seus filhos em escolas particulares. "Temos que transformar a escola particular em uma opção, a exemplo do que ocorre em outros países, não uma imposição, como vem ocorrendo", observou.